

ANÁLISE INTERDISCIPLINAR DA FORMAÇÃO DO ESPAÇO TERRITORIAL DA TRÍPLICE FRONTEIRA PARANAENSE

Data de aceite: 02/05/2024

Amanda Paula Nunes Ortiz

Isadora Meneghel Begnini

RESUMO: O presente trabalho tem como objeto de pesquisa a compreensão da formação territorial da tríplice fronteira na região de Foz do Iguaçu, a partir de uma análise interdisciplinar, principalmente a partir da história, da geografia, do direito e da arte e arquitetura. A importância social reside na necessidade de entender e sintetizar a ocupação territorial do estado do Paraná, desde o início da ocupação do Brasil, a fim de contribuir para a compreensão da sociedade acerca da origem de problemas atuais na região, como a falta de moradia adequada, a existência de favelas e núcleos informais, a desigualdade social, a diversidade cultural e os estigmas que assolam a convivência pacífica e aprimorada da população diversificada residente na tríplice fronteira. As injustiças sociais vivenciadas pelos grupos excluídos, como os menos favorecidos economicamente, os moradores de áreas de favelas e os povos indígenas, marcaram diversos momentos da história e são reflexos dessa

construção. Deste modo, sua abordagem servirá para promover o pensamento sobre a vivência social da fronteira e a importância de promoção de políticas públicas para amenizar as desigualdades existentes.

PALAVRAS-CHAVE: Interdisciplinaridade, território e tríplice-fronteira

ABSTRACT: The research object of this work is to understand the territorial formation of the triple border in the region of Foz do Iguaçu, based on an interdisciplinary analysis, mainly from history, geography, law and art and architecture. The social importance lies in the need to understand and synthesize the territorial occupation of the state of Paraná, since the beginning of the occupation of Brazil, in order to contribute to society's understanding of the origin of current problems in the region, such as the lack of adequate housing, the existence of favelas and informal settlements, social inequality, cultural diversity and stigmas that plague the peaceful and improved coexistence of the diverse population residing in the triple border. The social injustices experienced by excluded groups, such as the economically disadvantaged, residents of favela areas and indigenous peoples, have marked several moments in

history and are reflections of this construction. In this way, its approach will serve to promote thinking about the social experience of the border and the importance of promoting public policies to alleviate existing inequalities.

KEYWORDS: Interdisciplinarity, territory and triple-border

PROBLEMÁTICA

A compreensão da sociedade, da cultura e das fronteiras como foco de estudo do ser humano e do desenvolvimento social, numa perspectiva interdisciplinar, é notoriamente complexa. Neste liame, vislumbra-se como problemática a ser analisada, a ocupação territorial do estado do Paraná, desde o início da ocupação do Brasil, visto que o estudo da história é indissociável da pesquisa da ocupação territorial da cidade, bem como do problema da moradia na urbanização, tema da dissertação do programa de mestrado.

Além disso, farão parte da pesquisa a Geografia Territorial e Política, a Arquitetura Paisagística, a Sociologia, na compreensão da desigualdade social gerada na ocupação da terra desde os primórdios, a Filosofia, responsável pela evolução da compreensão do ser humano como ser de direitos ao invés de mero objeto para uma finalidade, o Direito, a fim de analisar os aspectos jurídicos da propriedade, da moradia e do princípio máster a ser tutelado pelo estado, qual seja, a dignidade da pessoa humana.

OBJETIVOS

Compreender, por meio de uma análise interdisciplinar, a estrutura social da região da fronteira de Foz do Iguaçu, Paraná, na sua ocupação territorial geográfica, e os aspectos políticos, sociais e culturais envolvidos nessa divisão territorial.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada consiste na pesquisa bibliográfica, especialmente dos registros já elaborados por pesquisadores, geógrafos, historiadores, dentre outros profissionais de diversas áreas, que se dedicaram à pesquisa territorial do Paraná e da região da tríplice fronteira.

DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS

No decorrer da história, percebe-se a importância da fronteira geográfica e territorial para o desenvolvimento da sociedade. O resultado dessa interação formou o homem, a sociedade e o estado. No aspecto global, o resultado da fronteira delimita não só o território, mas a soberania de um país.

Por outro lado, no plano microrregional, há o espaço urbano e a delimitação da propriedade territorial nas cidades, com as intercorrências apresentadas pela vida urbana.

Estas consistem, dentre outros, na divisão desigual da propriedade, na divisão social e econômica e nas políticas públicas que não atendem às necessidades populacionais.

É possível afirmar que tais problemas decorrem de fatores que se arrastam desde o surgimento do país, quais sejam: a divisão desigual da propriedade e o desrespeito aos povos originários que já habitavam nessa região.

O primeiro fator mencionado é fruto da ocupação e colonização pelos portugueses e espanhóis. Estes dividiram a extensão territorial do país em duas partes, por meio do Tratado de Tordesilhas. A parte oriental (costa marítima) era pertencente à Portugal e a parte ocidental à Espanha. Segundo o geógrafo Fábio Braz (2000, p. 39) “Portugal subdividiu as terras de sua posse em 15 *capitanias*, as quais novamente foram subdividas em lotes de poucas léguas, denominadas *sesmarias*”. E assim começou a divisão do espaço territorial brasileiro pela monarquia portuguesa.

Os espanhóis, por sua vez, possuíam a maior área no Paraná. Não obstante, os legítimos donos deste território – conforme os registros históricos – eram os indígenas, que tentaram defender o seu espaço na época das conquistas, marcada por disputas e batalhas (Braz, 2000, p. 39). Com relação à ocupação do espaço territorial, ainda não haviam estabelecimentos nem povoados com a exploração do pau-brasil.

Diante disso, Portugal iniciou a cultura da cana-de-açúcar, e, a partir de 1570, estava legalizado aprisionar e usufruir do trabalho escravo indígena. Organizaram-se grandes expedições para encontrar e capturar indígenas pelo interior do país, as quais também foram responsáveis pela expansão do território nacional (Braz, 2000, p. 40).

Por volta de 1603, devido aos fracassos do Império Português, na busca do ouro, o governo abriu mão da monopolização das minas auríferas, e, através do Regimento de Terras Mineraias, a concessão e o usufruto dessas minas passou à posse dos seus descobridores. As “Bandeiras”, ocorridas nos séculos XVI e XVII, e o ciclo do ouro paranaense, foram grandes responsáveis pelo nascimento de inúmeras cidades, as quais hoje são consideradas municípios históricos (Braz, 2000, p. 42).

Nesse aspecto, os índios também foram alvos das expedições das bandeiras. O núcleo irradiador do movimento foi São Paulo, de onde grupos saíam de suas terras, nas quais viviam em elevada pobreza, para incendiar aldeias e aprisionar indígenas, a fim de comercializá-los como escravos (Braz, 2000, p. 45-46). Se, de um lado, a Europa oriental possui uma dívida história com os judeus, certamente o Ocidente a possui com os indígenas.

Após a Guerra do Paraguai (1865-1870) a região de Foz do Iguaçu foi vista como um ponto estratégico importante para ser deixada sem uma fiscalização adequada pelo governo imperial, de modo que em 1889 foi instituída a colônia militar de Foz do Iguaçu (Casagrande, 2002, p. 46).

Em 1891, com a Proclamação da República, as terras devolutas passaram a pertencer aos Estados (Brasil, 1891, artigo 64). Essas foram concedidas, pelo Governo do

Paraná, aos concessionários em troca da realização de obras públicas e assentamentos de colonos, nos termos estabelecidos pela Lei de Terras nº 98/92. Com as Leis Estaduais nº 1147/12 e 1642/16, as concessões de áreas de até cinquenta mil hectares destinadas a projetos de colonização, motivaram inúmeras transações fundiárias (Casagrande, 2002, p. 38).

No entanto, o que ocorreu não foram projetos de colonização, mas o favorecimento às grandes empresas estrangeiras e predatórias dos recursos naturais e da exploração da mão-de-obra aqui existente (Westphalen, 1927, p. 8-9).

Sob esse liame, a concessão de terras às empresas estrangeiras culminou na exploração depredatória das matas nativas e da exploração da mão-de-obra, onde era rara a distribuição de terras a colonos ou a pequenos proprietários (Casagrande, 2002, p. 39).

Foi daí que surgiu o termo “obrage” (Colodel, 1960, p. 53-57), marcante na cultura de ocupação do território da tríplice fronteira, que designava propriedades em regiões de flora de clima subtropical, nos estados vizinhos da Argentina e Paraguai, cuja vida útil estava diretamente ligada à extração de matéria-prima, exploração intensiva, indiferente ao esgotamento dos recursos naturais. Nelas, era utilizada mão-de-obra, preferencialmente guarani, em troca de salários baixíssimos, em razão disso, as poucas tentativas de organizar uma colonização, em regime de pequena propriedade, fracassaram já que as *obrages* detinham o domínio da região (Hoff, 1991, p. 29).

As *obrages* somente passariam a ser extintas com o nacionalismo de Getúlio Vargas e com a criação do Território do Iguazu (1943-1946), de modo que algumas destas *obrages* foram vendidas a grupos brasileiros que começaram a colonização do Oeste a partir da década de 40 (Hoff, 1991, p. 30). Nestas, se destaca a colonizadora Gaúcha, que colonizou a região de São Miguel do Iguazu.

No que tange à fronteira cultural, a delimitação da fronteira territorial do Paraná veio inseparável da criação da imagem cultural do estado. Trabalhos realizados por autores como Afonso Taunay, Ermelino de Leão e Romário Martins, a partir do final do século XIX, tinham por objetivo reconhecer na natureza o diferencial na formação do Paraná e de suas fronteiras (de Camargo, 2007, p. 15):

Este movimento (denominado de *Paranismo*) se concretiza no Paraná pela exaltação dos valores locais e o desenvolvimento de uma simbologia baseada em elementos nativos como o pinheiro paranaense e o pinhão, simplificados até serem transformados em logotipos. Tais elementos iconográficos regionais, marcados por uma linguagem art-déco de forte teor panfletário, foram elaborados de modo a se constituírem em estímulo à criação de um “espírito paranaense”.

A partir dessa visão, elaborou-se uma identidade regional relacionada ao espaço. Sob o lema de civilização, racionalidade e progresso, essa identidade funcionou como um convite aos fluxos migratórios e à colonização da região, especialmente no oeste do estado (Casagrande, 2002, p. 25-26).

Considerando que os fenômenos oriundos da regionalidade estatuem a região (Gregory, 1996, p. 330), a formação de uma história regional fortaleceu a fronteira territorial da comunidade paranaense (Szesz, 1996, p. 312).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da ocupação histórica da região oeste do Paraná – de forma interdisciplinar por meio da pesquisa histórica, geográfica, urbanística e paisagística, normativa e social – possibilitou a compreensão da formação das fronteiras territoriais e culturais da região de Foz do Iguaçu como é hoje.

A desigualdade social existente na região, a falta de núcleos urbanos adequados e de melhores condições habitacionais e paisagísticas das cidades da tríplice fronteira, são consequências da desvalorização dos habitantes originários e da concessão das terras devolutas às empresas estrangeiras.

Em decorrência das concessões de terras e da exploração dos recursos, naturais e humanos, primeiro pelos portugueses e espanhóis, e, posteriormente, pelas empresas estrangeiras, a formação do espaço territorial da tríplice fronteira é marcado pela desigualdade habitacional.

Por outro lado, a ideia de fortificação da fronteira territorial paranaense, em que pese se tratar de regionalismo com críticas intrínsecas contribuiu para a formação do espaço e da cultura da região como é hoje. Além disso, a história de Foz do Iguaçu, da região da tríplice fronteira e do Paraná é a história dos povos indígenas, de modo que constitui a história de cada pessoa que aqui habita.

As particularidades da região formam, de fato, a tríplice fronteira contemporânea, marcada por dificuldades na urbanização e pela diversidade cultural dos povos habitantes da região. As *obrages* constituíram posteriormente os terrenos vendidos às colonizadoras, formadas por brasileiros e estrangeiros, que culminaram na formação das cidades que compõem a região da fronteira de Foz do Iguaçu como é vista hoje.

Em razão disso, os municípios são marcados pela desigualdade social e divisão desigual do espaço. Não obstante, apesar das fronteiras territoriais, a diversidade cultural, fomentada pela história vivida e construída pelos povos indígenas aqui existentes e pelos colonizadores pioneiros brasileiros, culmina na integração entre Paraguai, Brasil e Argentina, na região de Foz do Iguaçu, dada a sua história comum de ocupação e exploração.

Por fim, vislumbra-se na conservação da terra e dos recursos naturais, um passado contemporâneo, em que a preservação dos espaços tradicionalmente ocupados pelos índios ganha relevância para a preservação da própria humanidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição de 1891. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em 05 dez 2023.

COLODEL, José Augusto, 1960. **Obrages & Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste paranaense até 1960**. Santa Helena, Prefeitura Municipal, 1988.

DE CAMARGO, Geraldo Leão Veiga. **Paranismo: Arte, Ideologia e Relações Sociais No Paraná. 1853 – 1953**. CURITIBA, 2007. Tese Programa de Pós Graduação em História, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, doutor em História. Linha de Pesquisa: Espaço e Sociabilidades. Orientador: Prof. Dr. Luiz Geraldo Santos Silva.

HOFF, Sandino. **A ocupação do norte**. In: PAZ, Francisco. Cenários de economia e política: Paraná – Curitiba: Prephacio, 1991.

WESTPHALEN, Cecília Maria, 1927. **História documental do Paraná: primórdios da colonização moderna da região de Itaipu**. Curitiba: SBPH-PR, 1987.